

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

Reunião n.º 25

6 de outubro de 2020

(17:26 h – 19:31 h)

Ordem do dia: Audição da Dr.ª Helena Freitas, ex-Coordenadora da Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI)

Presidente da Comissão: Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Deputados oradores: Paulo Leitão (PSD)

Fabíola Cardoso (BE)

João Dias (PCP)

Joaquim Barreto (PS) *

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

Eurídice Pereira (PS)

* Via *Skype*

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, boa tarde a todos, estão reunidas as condições formais para que possamos dar início à nossa reunião.

Eram 17 horas e 26 minutos.

Srs. Deputados, está reunida a Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Atuação do Estado na Atribuição de Apoios na Sequência dos Incêndios de 2017 na Zona do Pinhal Interior.

Esta reunião ordinária destina-se à audição da Dr.^a Helena Freitas, na qualidade de ex-Coordenadora da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, a requerimento potestativo do Grupo Parlamentar do PSD e, assim sendo, será o PSD a dar início a esta audição.

Começo por dar as boas-vindas à Sr.^a Doutora, agradecer-lhe a sua presença na nossa Comissão, bem como dar-lhe uma explicação sumária sobre a forma com que nós operamos as nossas audições e que passa sempre por uma primeira ronda, destinada à audição de cada grupo parlamentar por um período de oito minutos em modelo de pergunta/resposta imediata. Sempre que necessário, segue-se uma segunda ronda de intervenções até ao máximo de cinco minutos, mas com resposta conjunta no final e quando é necessário, ainda, uma terceira ronda de três minutos destinados a cada grupo parlamentar e dois minutos a cada Deputado individualmente considerado, se assim entenderem.

Ainda nos termos do nosso Regulamento, V. Ex.^a tem, como depoente, a prerrogativa de, querendo, usar da palavra até ao máximo de 15 minutos para fazer o enquadramento da sua presença na Comissão ou para aquilo que entender dizer-nos previamente.

Se quiser usar dessa prerrogativa, dou-lhe imediatamente a palavra.

V. Ex.^a quer usar da palavra?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas** (ex-Coordenadora da Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Assim sendo, vamos dar início à nossa audição, dando a palavra ao Sr. Deputado Paulo Leitão, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar a depoente, Dr.^a Helena Freitas, é um prazer revê-la, e agradecer a disponibilidade para estar presente nesta Comissão, a fim de prestar aos portugueses os esclarecimentos que se impõem.

Recordo que o objeto da presente Comissão prende-se com o apuramento de responsabilidades políticas no processo de atribuição dos apoios na sequência dos incêndios ocorridos em julho de 2017, não no sentido, conforme muitas vezes já foi ouvido nesta Comissão, e de forma errada, de transformar vítimas em criminosos, mas, sim, de garantir que as vítimas não são duplamente vítimas, ou seja, vítimas da grave tragédia que ocorreu neste verão de 2017 e vítimas da má gestão dos apoios e da ajuda humanitária.

Recordo que, de acordo com as recomendações internacionais, no âmbito da ajuda humanitária, o Estado deve organizar e coordenar a ajuda humanitária envolvendo as organizações não-governamentais, sociedade civil e intergovernamentais. Devem ser, também, instituídos sistemas de controlo que previnam situações de fraude e corrupção, garantindo a devida divulgação pública dos resultados ou das ações levadas a cabo.

Esta é também uma forma, no nosso entender, de homenagear as vítimas, garantindo o apuramento da verdade e corrigindo algo que tenha corrido, eventualmente, menos bem.

Em 2016, o Governo do Primeiro-Ministro Dr. António Costa criou uma Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que foi coordenada pela Dr.^a Helena Freitas e, mais tarde, na sequência dos incêndios, a Unidade de Missão veio a ser localizada em Pedrógão.

Pergunto: considera que existiu alguma causa/efeito, ou foi mera coincidência o facto de coincidir a deslocalização logo a seguir ao mês em que ocorreram os incêndios?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Dr.^a Helena Freitas.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Em primeiro lugar, muito obrigada por me convocarem para esta Comissão, embora eu tenha sido surpreendida porque, em bom rigor, julgo que não tenho grande coisa a acrescentar do ponto de vista dos factos, que é aquilo que importa avaliar aqui nesta Comissão.

Em boa verdade, eu estive como coordenadora da Unidade de Missão para a Valorização do Interior no período que foi 10 de março de 2016 até 18 de julho de 2017, por razões operativas, mas, em boa verdade, pedi a demissão ao Primeiro-Ministro da minha condição de coordenada da Unidade de Missão para a Valorização do Interior no início de junho, através de uma carta escrita, que está registada e que fui entregar em mão no princípio de junho de 2017, antes, portanto, dos grandes incêndios de Pedrógão.

Quando ocorrem os incêndios de Pedrógão eu já estava na condição de demissionária, já tinha apresentado formalmente o meu pedido de demissão.

De facto, quando acontece a tragédia de Pedrógão em junho, eu, nesse mesmo fim-de-semana, a tragédia acontece no sábado, no domingo, fui, de

facto, à Câmara Municipal de Pedrógão já nessa condição. Essa condição não era oficial, mas, simplesmente, entendi que o processo devia seguir a tramitação normal, mas eu já me sentia nessa condição.

Portanto, não fui propriamente atuar, fui apenas por amizade também ao concelho e porque a tragédia era de tal forma... Aliás, a tragédia foi sentida por todos, eu tinha uma ligação muito próxima a este concelho como tinha a todas as regiões do interior, porque era minha obrigação construir iniciativas que pudessem, de alguma maneira, desenvolver estes territórios. Concretamente com Pedrógão tinha um plano que estava em desenho e, portanto, evidentemente que tinha alguma relação de proximidade com os interlocutores, designadamente com a câmara municipal e com a engenheira florestal que também tinha alguma responsabilidade.

De facto, eu estava a fazer um estudo do território e foi nessa condição que lá fui, não exatamente enquanto coordenadora da Unidade de Missão, porque, de alguma forma, já sentia que não o era, porque estava, apenas, à espera do desfecho da situação que eu própria tinha iniciado.

A sede da Unidade de Missão era na Presidência do Conselho de Ministros, embora houvesse uma casa em Coimbra que pertencia à Direção-Geral das Autarquias Locais que foi disponibilizada para facilitar encontros entre o norte e o sul, mas, repito, a sede era na Presidência do Conselho de Ministros e eu fui informada, em julho, apenas, ninguém me questionou, nem tinham de questionar, provavelmente, eu estava demissionária, em direto quase, que a sede iria ser transferida para Pedrógão, mas nessa altura eu também já tinha conhecimento que o coordenador da Unidade de Missão passaria a ser o meu coordenador-adjunto, o Eng.º João Paulo Catarino, e, portanto, eu não tinha qualquer responsabilidade, registei a informação e não tinha mais nada a dizer.

Portanto, em boa verdade e em rigor, eu não acompanhei nem essa transição, nem as motivações, quaisquer que elas fossem, para essa

transferência da sede para Pedrógão, portanto em termos de factos é o que tenho para dizer.

Repito: não acompanhei, nem acompanhei depois, toda a subsequente intervenção em Pedrógão e a estratégia que foi implementada. Não acompanhei rigorosamente nada, não tive qualquer envolvimento em nada daquilo que foi montado *a posteriori* em Pedrógão. É isso que se me oferece dizer, na resposta à sua questão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Leitão, tem a palavra.

O Sr. Paulo Leitão (PSD): — Sr. Presidente, eu percebo a sua estranheza por termos requerido a sua audição, mas prende-se essencialmente com o facto de ter tido responsabilidades numa Unidade de Missão desta importância para a valorização do interior, e apesar de coincidir temporalmente a sua saída com todas as medidas que depois vieram a ser adotadas para este território, muitas delas penso que o seu *know-how*, a sua experiência, o facto de ser uma especialista nesta área, contribui para ajudar esta Comissão a aferir, no fundo, aquilo que se passou, o que poderia ser correto e se os apoios dados a este território foram eficazes.

Numa entrevista ao *Expresso*, em abril de 2018, oito meses após se ter demitido da coordenação da Unidade de Missão para a Valorização do Interior lamentou que o Governo tenha optado por colocar a sede da Unidade de Missão em Pedrógão, imediatamente a seguir aos trágicos incidentes de junho.

Nessa entrevista disse o seguinte: «Isso foi claramente uma resposta política do Governo, numa tentativa de demonstrar que estava solidário com aquela zona do País, mas que acabou por desvalorizar o papel da Unidade de Missão para a Valorização do Interior».

De que forma considera que a Unidade de Missão para a Valorização do Interior foi desvalorizada com esta deslocalização?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Dr.^a Helena Freitas.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Aquilo que transmiti ao *Expresso* e aquilo que transmito hoje é a minha opinião e vale o que vale.

De todo o modo, posso dizer-lhe que foi para mim um enorme privilégio ter tido a coordenação da Unidade de Missão e começar a desenhar aquilo que penso ter sido um pacote de iniciativas que, claramente, puseram o interior na agenda política e isso, para mim, é uma satisfação muito grande e vejo com agrado que hoje seja uma política estruturante que começa a ser abraçada por todos os grupos parlamentares e todas as forças políticas e pelo País, se bem que pelo País sempre foi.

Portanto, nesse sentido, foi para mim um enorme privilégio e só deixei de o fazer, porque entendi, mas é, mais uma vez, uma decisão pessoal, que não tinha as condições, não tinha a força que eu entendia ser necessária para poder, de facto, fazer um trabalho consistente e um trabalho que eu sentia que era absolutamente indispensável, tendo em conta o estado de fragilidade do País, que, não há dúvida nenhuma, foi inequivocamente revelado por esse fatídico ano de 2017, em particular por esse conjunto de incêndios que revelaram bem o estado de abandono geral do País.

Quero deixar muito claro que esse estado de abandono é resultado de uma falta de acompanhamento muito grave e permanente de territórios ao longo de décadas, portanto não estamos a falar de um momento particular da nossa história, mas, de facto, de um percurso que fomos fazendo. Portanto, em boa hora foi criada uma estratégia, uma Unidade de Missão, que visava

fazer aqui um caminho inverso, mas o que eu senti foi que era preciso mais força, mais apoio e que não tinha o apoio necessário para isso.

Mais uma vez, e é a minha opinião, penso que é uma evidência, que a transferência da sede da Unidade de Missão para Pedrógão é uma manifestação, vale o que vale, até pode ser bem entendida, é legítima, foi a estratégia que o Governo de então decidiu como forma de alguma maneira valorizar, ou conferir, maior relevância até à estratégia política. A meu ver, não acrescentou nada, pelo contrário, mas é uma decisão legítima e, portanto, admito que as razões que motivaram essa transferência fossem outras, mas, repito, na minha opinião, não acrescentou nada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Leitão, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr.^a Doutora, então, questiono-a da seguinte forma: deduzindo das suas palavras que o impacto acabou por não valorizar a região, poderá considerar-se que se tratou apenas de uma manobra de diversão política, numa instrumentalização da Unidade de Missão?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, tem a palavra para responder.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Mais uma vez lhe digo, essa é a sua opinião, eu terei a minha, cada um terá a sua. Penso que, de alguma maneira, são metodologias clássicas a que os cidadãos comuns, como eu, já se habituaram naquela que é a *praxis* da intervenção política pública. Portanto, é uma opinião não lhe posso dizer «sim» ou «não», mas é verdade – e é preciso dizê-lo – que a tragédia foi de tal forma profunda e de tal forma transformadora nestes territórios, que até posso admitir que a presença da

proximidade do Estado traga alguma perspectiva/expetativa favorável, até posso admiti-lo.

De uma coisa estou certa, tenho de o dizer, que a presença do Eng.º João Paulo Catarino, que era meu coordenador-adjunto e passou a ser coordenador da Unidade e que é uma pessoa de um enorme empenho na valorização destes territórios, também isso terá sido relevante para garantir que, pelo menos, alguma intervenção tivesse sido eficaz e tivesse sido dirigida ao bem-estar das populações locais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Leitão, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Já que refere o Eng.º João Paulo Catarino, e sabendo que a Sr.ª Doutora pode ter deixado a Unidade de Missão, mas não abandonou, certamente, a missão, pergunto-lhe: como classifica o trabalho do seu sucessor?

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Doutora, pode responder.

A Sr.ª **Dr.ª Helena Freitas**: — Bom, tenho uma enorme estima pelo Eng.º João Paulo Catarino. Foi uma pessoa que me ajudou imenso: tudo o que fiz, por pouco que tenha feito, foi com ele e com a sua total colaboração, e, portanto, tenho muita confiança no trabalho que desenvolve e estou certa de que todo o trabalho que fez desenvolveu-o com empenho e com interesse em promover aquela região.

Podemos fazer uma avaliação ponderada das suas sucessivas intervenções, mas não creio que seja aqui o contexto, não estamos a fazê-lo. A pergunta que me faz é muito pessoal e, dessa mesma forma, digo-lhe, com toda a frontalidade, que tenho a maior estima por ele e estou certa de que o que fez, fez com a convicção de estar a fazer bem e ao serviço das

populações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Numa entrevista à *Lusa*, a 30 de julho 2017, referiu que «Portugal ‘bateu no fundo’ ao falhar no combate aos grandes incêndios deste verão». E apontou «o descrédito, o desencanto e a insegurança dos cidadãos em relação ao território», que só se inverteria com «uma alteração profunda da floresta».

Pergunto-lhe, assim, se considera que já se iniciou essa alteração profunda da floresta e se, depois dos grandes incêndios de 2017, se aprendeu, se se mudou a rota e se se tentou inverter o quadro de abandono e desordenamento profundo do interior.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a **Dr.^a Helena Freitas**: — Essa pergunta já é mais objetiva e também vem ao encontro de alguma competência técnica que posso ter nessa área.

De facto, aí, de uma forma muito clara, com a mesma clareza e convicção, quero dizer que acho que aprendemos muito pouco com os incêndios de 2017 e que estamos muito aquém daquilo que é preciso fazer para transformar o estado geral da floresta portuguesa e, de uma maneira geral, destes territórios, que têm sido mais, digamos, objeto de abandono por parte do Estado, de maneira geral. Aí, claramente estamos muito aquém. Há ainda muito trabalho a fazer, mas também não é fácil: é uma questão muito complexa, uma questão muito exigente e que, de facto, em bom rigor, devia exigir, também, um pacto de regime, para que seja possível equacionar uma verdadeira transformação da floresta portuguesa nas próximas décadas. Não

estamos, portanto, a falar de um processo que possa acontecer rapidamente, pelo contrário; é uma transformação muito exigente, muito complexa.

Acho que algum esforço foi feito e penso, até, que nestes territórios, em particular, se fez algum esforço no sentido, sobretudo, de garantir, desde logo, uma resposta mais imediata ao estado geral de conservação da floresta, nesta zona do País. Mas, em termos do que deve ser a agenda da nova floresta, de uma outra floresta que seja realmente compatível com a vida das pessoas, com a vida das aldeias, com a vida das comunidades, isso, em boa verdade, está, no essencial, tudo por fazer.

Tenho uma grande expectativa de que, se esta Casa tiver e conferir força à área política da floresta e do território, o *Green Deal*, as políticas europeias e o novo quadro que nos proporciona, são uma oportunidade flagrante para que, de facto, a floresta seja entendida não apenas como tem sido, como uma floresta produtiva, ou como uma plantação produtiva e de monocultura, mas que possa também ser entendida como uma floresta biodiversa que responda, realmente, aos serviços dos ecossistemas, que trabalhe as questões da mitigação climática, do sequestro de carbono e de uma relação de proximidade com as populações.

Essa agenda é uma agenda que, de facto, está por construir e é a única que permitirá compatibilizar o bem-estar, a resistência e a resiliência das comunidades em territórios que são tipicamente florestados.

Portanto, este é um trabalho complexo e de longo prazo que, de facto, está por fazer. Não creio que, nesse sentido, tenhamos evoluído muito. Enfim, houve um trabalho, sobretudo orientado para a limpeza das florestas, foi criada a nova Agência para os Fogos Rurais (Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), que tem também uma agenda muito particular, uma agenda importante, mas que é apenas uma ínfima parte daquilo que é preciso fazer.

Nesse sentido, penso que estamos muito aquém e é verdade que estes

territórios, em particular, que têm pouca atividade económica e cuja atividade económica foi, ao longo de décadas, muito circunscrita a uma proximidade às oportunidades e aos recursos endógenos, tem muita dificuldade em equacionar modelos de desenvolvimento que não tenham esta matriz.

Portanto, era muito bom que conseguíssemos desenvolver uma agenda para estes territórios que, de facto, tivesse a floresta no centro do pensamento e das oportunidades, e espero que isso possa ainda ser possível.

Mas não creio que tenha sido feito. Isso, não!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Há pouco, das suas palavras, depreendi a ideia de falta de apoio nas políticas deste âmbito e desta natureza.

Pergunto-lhe, se no seu entender, o executivo demonstrou o compromisso político sério para que a mudança necessária que referiu.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Dr.^a Helena Freitas, tem a palavra para responder.

A Sr.^a **Dr.^a Helena Freitas**: — Refere-se ao tempo de...?

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Como o objeto da Comissão se refere ao período pós-incêndios, pergunto se, no seu entendimento, se verificou essa mudança ou se, no fundo, há um compromisso político sério para alterar o estado das coisas e não só recuperar dos graves danos e da grave tragédia que estes territórios sofreram.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a **Dr.^a Helena Freitas**: — Penso, e saberão isso melhor do que eu, que em política há momentos e oportunidades, e penso que estas questões do território e, em particular, da desigualdade e da coesão são, claramente, hoje, e cada vez mais, e, agora, de uma forma ainda mais intensa com a pandemia que vivemos, questões centrais no pensamento político e estratégico.

Portanto, penso que mesmo que essa, digamos, motivação não existisse de forma plena, esse caminho é uma inevitabilidade, é inexorável: a estratégia da coesão territorial é um caminho a fazer e, de alguma maneira, o Governo acabou por mostrar essa intenção e essa vontade, ao determinar a existência de um ministério que tem, exatamente, essa missão.

E, enfim, sempre foi um desejo meu que existisse uma área política ministerial que pudesse olhar para essa questão. Portanto, penso que esse entendimento também revela vontade de tornar essa área como área de intervenção política relevante e, de alguma maneira, isso é um passo.

Não lhe sei dizer se isso tudo, depois, representará, de facto, uma transformação ou uma transição efetiva. Espero que sim, até porque esta questão da desigualdade territorial e do abandono dos territórios é a questão que está a promover, e continuará a promover, a maior desigualdade de que o País enferma. Nunca conseguiremos resolver o problema da desigualdade em Portugal, enquanto não reequilibrarmos os territórios.

Aliás, isso é da maior justiça, desde logo, porque os financiamentos comunitários que temos recebido ao longo de décadas foram financiamentos precisamente dirigidos à coesão e é exatamente por esta razão que promover a coesão territorial é promover a coesão social e é dessa forma, também, combater a desigualdade.

Penso que isso, do meu ponto de vista, é a motivação principal das políticas públicas, portanto acredito que esse caminho se fará e que é

inexorável.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Leitão, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Vários depoentes, nesta Comissão, disseram que nada foi feito em termos de medidas de prevenção para os incêndios na região e que se tratou de uma oportunidade perdida. Em nota informativa da Comissão Técnica Independente, refere-se que o País não está suficientemente preparado.

Pergunto-lhe, em jeito de balanço, após três anos dos incêndios, se considera que o Pinhal Interior está apto para responder eficazmente a incêndios de grande dimensão, ou se estamos à mercê da sorte e do clima para evitarmos novas tragédias desta dimensão.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, para responder.

A Sr.^a **Dr.^a Helena Freitas**: — Não está Pedrógão, nem está o País! Ninguém está preparado, nenhum território está preparado para o que se possa vir a ter.

Penso que isso, hoje, também já é uma evidência. Temos, de facto, uma conjuntura climática que é favorável a que venham a suceder com maior frequência e com mais intensidade esse tipo de fenómenos, e não temos uma floresta apta, não temos nem uma floresta, nem um território resiliente.

Portanto, é preciso promover, de facto, a resiliência dos territórios, por forma a habilitarmos, em particular, as comunidades que habitam no território nacional para responder a esta grande transformação que acontecerá inevitavelmente. No País, não estamos preparados e a própria Europa também tem de fazer esse caminho. Essa seria a minha primeira análise.

Concretamente, nos territórios em que temos um abandono florestal evidente, em que há um aumento enorme de biomassa e em que não é possível, de facto, fazer uma verdadeira gestão da floresta, nessa área continuamos muito aquém do que seria desejável e não tenho dúvidas de que esses territórios serão, seguramente, fustigados por incêndios de grande violência que podem, novamente, incorrer em perdas de vidas. Não estamos, de facto, preparados para isso!

Enfim, vamos, eventualmente, ter mais equipamento de ataque, mas, de facto, transformamos essa questão numa guerra e ela é exatamente o contrário. Não temos de fazer uma guerra contra a floresta; temos de promover a harmonia entre a floresta, as comunidades humanas e a nossa própria existência. E a harmonia consegue-se construindo uma outra tipologia de floresta e de território, e, desse ponto de vista, acho que estamos muito longe de o conseguirmos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Enquanto especialista, e depois de tantas promessas feitas pelo Governo de que nada seria igual, que perceção é que tem das medidas de reflorestação e de combate aos incêndios realmente aplicadas no terreno?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, tem a palavra para responder.

A Sr.^a **Dr.^a Helena Freitas**: — Peço desculpa, há pouco, também mencionou a Comissão Técnica Independente e, de facto, a Comissão Técnica Independente tem emitido um conjunto de pronúncias e de pareceres que são públicos e que, no essencial, subscrevo.

Penso que isso acaba, enfim, por ser, em grande medida, a resposta a

essas questões: penso que a análise que essa Comissão tem feito é tecnicamente robusta, tem colocado os problemas exatamente onde eles estão, e, de uma forma geral, esses problemas persistem e não temos conseguido dar resposta, nem valorizado a floresta por forma a que ela seja capaz de responder a esses problemas.

Portanto, eu diria, para ser mais breve, que, embora possamos discutir medida a medida, penso que o Observatório tem feito muito bem esse trabalho que, no essencial, subscrevo.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Na entrevista que li há pouco referiu que outros países com clima mediterrânico, como França, Itália e Espanha, conseguiram ser mais eficazes no combate aos incêndios e reordenar o seu território.

O que é que acha que Portugal não fez e podia ter feito? Ou o que é que deverá corrigir?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr.^a Doutora.

A Sr. Dr.^a **Helena Freitas**: — Estamos a falar de um bioma que é convergente, ou seja, cujas condições bioclimáticas e biofísicas são convergentes, e, portanto, de facto, vale a pena olhar para esses outros países que nos podem mostrar como é possível fazer um bocadinho diferente.

Temos alguns problemas que já são do domínio público e que já entraram na perceção de qualquer cidadão, que, de alguma maneira, estamos a procurar resolver, mas é preciso ir um bocadinho mais longe.

Houve uma medida recente – aliás, essa medida estava inscrita no Programa Nacional para a Coesão Territorial, que ainda tive oportunidade de

desenhar – que era conducente à questão do cadastro e à possibilidade de virmos a ter um cadastro simplificado, com o apoio combinado e concertado do Ministério do Ambiente e do Ministério da Justiça, que me parece importante que se faça, até porque esta é uma das áreas em que, claramente, temos tido incapacidade para organizar, minimamente.

De facto, o cadastro acaba por ser uma ferramenta elementar para esse trabalho de organização e é importante que se continue a estimular e a apoiar essa iniciativa do cadastro simplificado, que é uma ferramenta essencial para o ordenamento do território.

Há medidas deste tipo, que são estruturantes e que Portugal continua a não ter, num tempo em que, hoje, as ferramentas cartográficas são fantásticas e é tão fácil utilizar a tecnologia a favor de uma solução rápida. Francamente, acho, até, cada vez mais estranho e surpreendente, não termos capacidade de construir ou de permitir que se construa esse tipo de ferramentas mínimas.

Este é o tipo de coisas que, diria, é urgente fazer e, depois, há outras como seja, por exemplo, termos uma política fiscal muito mais orientada para a natureza e para o ordenamento do território, valorizando o que se deve valorizar e desvalorizando ou até eliminando aqueles que são fatores perversos que acabam por condicionar essas boas soluções.

Portanto, são inúmeras as coisas que... Mas eu diria que o cadastro é fundamental e, depois, é importante começarmos a valorizar as nossas espécies autóctones, valorizando a biodiversidade como elemento estratégico, crítico, do desenvolvimento dos territórios.

Será, no fundo, seguir, de alguma maneira, as políticas europeias nesta área. Neste momento, se conseguirmos convergir o pensamento, naquilo que hoje se chama o Plano de Recuperação e Resiliência, e se ele se aproximar, como parece ser o caso, da matriz europeia, estaremos, seguramente, no bom caminho, porque, hoje, a narrativa europeia é muito favorável à construção

de territórios que são amigos da natureza e, simultaneamente, amigos das pessoas.

Essa é a solução! Não há outro caminho – aliás, esta pandemia evidencia, de forma muito clara, que sempre que criamos soluções que são disruptivas na relação entre o Homem e a natureza o que acontece é o que estamos a viver e, portanto, só conseguiremos viver de forma mais harmoniosa e, digamos, inclusiva quando soubermos olhar para a natureza de outra forma.

Portanto, essa é uma das grandes responsabilidades políticas, que eu acho que hoje temos, e espero que a Assembleia da República possa... Aliás, estão aí uma série de pacotes legislativos, como, por exemplo, a lei do clima, que, de forma conceptual, podem consubstanciar uma transição que também se reflète depois na própria estruturação do território no bom sentido.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Nesta Comissão tem sido várias vezes referido – e eu comungo desta referência – a importância das segundas habitações para estes territórios, no fundo, na importância do dinamismo económico, das pessoas que trazem um impulso positivo a territórios que, se calhar, por si só, estão muito desertos e abandonados. Aliás, recordo que na entrevista que deu à *Lusa* também se referiu a esta redução da população que está, cada vez, mais idosa.

Como sabe, apesar de, inicialmente, no Fundo REVITA não estarem postas de lado as segundas habitações elas vieram, posteriormente, a não ser consideradas, optando por se apoiar a agricultura e a reposição do potencial produtivo e esquecendo as segundas habitações, sendo que o mecanismo adotado pelo Governo foi o de cada município fazer o seu regulamento e apoiar a reconstrução das segundas habitações.

Sabendo de antemão que no Fundo REVITA ainda existe um saldo de 800 000 €, pergunto-lhe se considera que esta opção do Governo não é prejudicial para esses territórios. Ou seja, não é prejudicial não apoiar a recuperação das segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra Sr.^a Doutora.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Sr. Deputado, nós temos três grandes desafios: o desafio da transição climática; o desafio demográfico; e o desafio do emprego.

Estes três grandes desafios revelam-se de forma muito mais evidente nestes territórios mais frágeis e não há dúvida de que o cruzamento destes três desafios coloca-se com enorme assertividade nos territórios de que estamos a falar, mais frágeis, mais despovoados, tendencialmente abandonados, em que, de facto, há poucas soluções de empregabilidade, enfim, com tudo aquilo que sabemos numa convergência de fatores que todos conhecemos.

De facto, penso que a pensão da segunda habitação pode ser uma grande oportunidade, porque – é uma opinião e vale o que vale – penso que um dos problemas que estes territórios têm é, desde logo, a própria dificuldade em ter um mercado de habitação, mas este também só existirá no momento em que houver procura para esse mercado.

Portanto, de facto, uma solução ou, pelo menos, uma ajuda que é possível é a dinamização da segunda habitação até como forma de garantir algum fluxo para as economias locais e também algum sentimento de pertença, que é preciso valorizar e continuar a valorizar nestes territórios, porque estamos a perder este sentido, esta cumplicidade, este compromisso intergeracional no momento em que deixar de haver esta ideia de pertença.

De facto, a segunda habitação acaba por simbolizar um pouco essa oportunidade, essa oportunidade de voltar, essa oportunidade de pertencer e, como digo, essa oportunidade de visitar e de garantir um fluxo para essas economias, que também se pode revelar no próprio envolvimento, por exemplo, nas eleições locais, na possibilidade de o cidadão poder participar nos mecanismos de escolha local. Portanto, penso que vale a pena olhar para este assunto como uma oportunidade para os territórios.

Agora, eu não conheço em rigor a proposta que me coloca, não acompanho, não faço ideia, portanto não sei até onde é possível ir, mas acho que vale a pena olhar para esta questão da segunda habitação como uma oportunidade para estes territórios. Agora, se deve ser ou não financiada e até que ponto, essa é outra questão que não tenho elementos para poder avaliar.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Para concluir, tenho duas perguntas rápidas.

Explicando esta questão da segunda habitação, que foi deixada ao critério dos municípios, cujas regras variam de município para município, havendo municípios que não deram apoio nenhum, pergunto-lhe se isto, como estratégia para o interior, é uma estratégia equilibrada. O facto de não ser uma medida igual para todo o território, é uma estratégia equilibrada?

Termino, voltando ao início: deduzo das suas palavras que, não concordando com a transferência da sede da Unidade de Missão para Pedrógão, se à data não estivesse demissionária, certamente, esta Unidade de Missão não teria ido para Pedrógão.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Ainda em relação à questão da habitação, tenho tendência a pensar que é preciso territorializar as políticas públicas e as iniciativas públicas.

Não vejo que deva haver um único cenário para todas as realidades setoriais; pelo contrário, acho que até devemos tentar ter capacidade... Aliás, acho que um dos nossos problemas é a dificuldade que temos em territorializar e em pensar em oportunidades e soluções de política setorial que são dirigidas a realidades muito concretas. Percebo o que disse, mas não tenho elementos para lhe poder responder de outra forma.

Relativamente à transferência ou não da sede da Unidade de Missão a decisão não me caberia nunca a mim; foi uma decisão do Sr. Primeiro-Ministro e do Governo a de levar a Unidade de Missão para Pedrógão, mas eu já estava demissionária e, portanto, não iria participar no processo.

Mas a única coisa que lhe posso dizer é que se não me tivesse demitido antes eu ter-me-ia demitido nessa altura, seguramente. É a única coisa que lhe posso dizer.

O Sr. **Presidente**: — Terminámos a ronda do Grupo Parlamentar do PSD.

Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de começar por me desculpar por só ter chegado há poucos minutos, mas estive noutra Comissão e não foi possível assegurar aqui a minha presença.

Gostaria de cumprimentar todos os presentes, os serviços, quem nos acompanha *on-line* e agradecer a presença da Dr.^a Helena Freitas nesta

Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem como objetivo refletirmos de uma maneira crítica e política sobre os apoios que foram prestados na sequência dos incêndios de 2017.

Não pretendemos, de modo algum, contribuir para alimentar polémicas, mais ou menos, estéreis, mas procuramos ter uma visão positiva para avaliar o que é que correu menos bem e podermos dessa maneira contribuir para que eventuais erros não se repitam.

Ouvi as suas palavras quando estava a entrar na sala quando referia que estas situações, na sua opinião de especialista, são, de alguma maneira, inevitáveis, ou seja, é inevitável que situações destas venham a repetir-se. Infelizmente, o Bloco de Esquerda também concorda que a política de gestão florestal não tem sido a melhor e que, muito possivelmente, isso contribuirá para que eventos terríveis, como estes que aconteceram, venham a repetir-se. Todavia, esperamos poder contribuir, de alguma maneira, com o que estamos a fazer aqui, para que isso não venha a suceder.

Quando vi o seu nome na convocatória, isso causou-me alguma dissonância cognitiva. Pergunto: qual é a justificação, ainda por cima para ser um agendamento potestativo do PSD, qual é a relação direta, do seu ponto de vista, entre o objetivo desta Comissão de Inquérito e a sua experiência enquanto especialista, nomeadamente nos temas da valorização do interior?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Sr.^a Deputada, agradeço a sua questão.

Quando recebi a convocatória também fui surpreendida, não estava à espera, mas a minha tendência natural é dizer que sim, sempre, à Assembleia da República até pelo respeito que tenho pela instituição e, portanto, não o faria de outra forma, a não ser que me fosse de todo impossível.

Mas, ao mesmo tempo, podia haver, porque houve quase uma coincidência, que eu tive oportunidade de explicar há pouco, entre a minha saída da Unidade de Missão e a circunstância de Pedrógão.

Não sei se a Sr.^a Deputada estava, quando eu, no início...

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Cheguei mais tarde, como já referi.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Então, só para lembrar, pedi a demissão, enquanto Coordenadora da Unidade de Missão, ao Sr. Primeiro-Ministro no princípio de junho, mais exatamente, até, no dia 8 de junho. Portanto, no princípio de junho eu estava demissionária, quando aconteceu a tragédia de Pedrógão.

Já estava de saída, digamos assim, invocando, como eventualmente pode ser público, razões pessoais. Entreguei a minha carta de demissão no dia 8 de junho e isto aconteceu uns dias depois. De facto, já estava demissionária e, portanto, quando acompanhei a tragédia de Pedrógão já foi nessa condição.

De qualquer maneira, tenho dito — e é público —, e a verdade é que nunca deixei de fazê-lo, concretamente no caso de Pedrógão, estava a desenvolver um projeto específico, de valorização do território deste concelho, estava a trabalhar muito de perto com este concelho e, portanto, fui lá, estive lá uns dias e passei vários dias, neste período, no concelho de Pedrógão, na própria Câmara Municipal, a acompanhar toda a tragédia, por razões também de afeto e de cidadania. Portanto, estive muito presente.

De resto, não acompanhei mais nada depois disso. Nunca fui chamada a nada, como também já informei a Comissão, e nunca acompanhei projeto nenhum na intervenção no território no pós-incêndio.

Enfim, vou acompanhando apenas enquanto cidadã e porque, de facto, coordeno uma unidade de investigação que é de âmbito nacional, que é

financiada pela FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e que também tem, nesta área, alguma competência técnica, no setor florestal.

A minha unidade é na área da ecologia, mas tem, também, o setor agroalimentar e agroflorestal, portanto, acabo por acompanhar do ponto de vista técnico; tenho, até, na minha unidade, elementos que integram o Observatório Técnico Independente, portanto, vou acompanhando a situação de várias formas, mas não do ponto de vista político. Aí, de facto, não tenho intervenção alguma.

Mas tenho dito muitas vezes, e mantenho, que deixei a unidade, mas mantenho a missão. A missão do combate à desigualdade nos territórios é uma missão que é a minha própria matriz, portanto, o combate à desigualdade é também a razão da minha aproximação à política e continuará a ser, para mim, também uma missão.

Nesse sentido, pode dizer-se que acompanho estes territórios, que são, de facto, aqueles mais frágeis, e que continuam a ser os mais frágeis do território nacional e enquanto puder ajudar na construção de soluções, estarei presente, mesmo na minha condição de cidadã e de técnica. É por essa razão.

De facto, surpreendeu-me a chamada aqui, mas, como digo, viria sempre, mesmo surpreendida viria sempre, até por razões de respeito pela instituição.

O Sr. **Presidente**: — Dr.^a Helena Freitas, esta Comissão regista e agradece a sua simpática disponibilidade para estar aqui, sem prejuízo de esclarecer que, sendo esta uma Comissão de Inquérito, existe o dever legal de comparecer e responder às perguntas, o que não impede que agradeçamos a sua presença e a forma simpática como está disponível para estar connosco.

Pretende esclarecer alguma coisa, ou posso passar a palavra à Sr.^a Deputada?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Quero só subscrever, exatamente, o que disse. Evidentemente que é minha obrigação estar aqui, não quero deixar de o dizer. Evidentemente que sim.

O Sr. **Presidente**: — Mas sem retirar nunca a simpatia da sua presença, que agradecemos sempre.

Sr.^a Deputada Fabíola Cardoso, tem a palavra.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, agradecendo as suas palavras, gostaria então de reformular a minha questão.

Do seu ponto de vista, e considerando a sua experiência na área, que é reconhecida publicamente, os apoios do Estado que foram aplicados, que foram desenvolvidos, que foram operacionalizados, na sequência destes incêndios, contribuíram ou não, e de maneira suficiente ou não, para a valorização do interior nestes territórios?

E relembro, talvez, para estruturar a sua resposta, que estes apoios diziam respeito a três áreas principais: habitação; reposição do potencial produtivo; e empresas, atividade económica.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, pode responder.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Diria que parcialmente. Não plenamente, mas parcialmente, deram alguma resposta. E deram, desde logo, alguma resposta num plano que é mais público, que é, de facto, na habitação, numa resposta imediata às populações que, enfim, já eram frágeis e que já tinham pouca expectativa e que, evidentemente, ficaram ainda mais fragilizadas e com menos expectativa face ao futuro e ao que pode ser, de facto, o apoio das políticas públicas ao desenvolvimento dos territórios.

Portanto, no domínio da habitação, diria que sim, que houve uma aposta forte, um apoio muito próximo, até da própria Unidade de Missão, que ficou, depois, no território, a fazer um acompanhamento, uma monitorização mais regular, da reconstrução das habitações. E da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro também fui percebendo essa proximidade e esse acompanhamento.

Nesse domínio, claro que podemos dizer que podia ter sido mais célere, em algumas circunstâncias, mas, de uma maneira geral, independentemente de algumas situações que não tenham sido, digamos, conseguidas, penso que, no geral, essa prioridade foi conseguida e muito bem conseguida. Evidentemente que essa teria de ser a primeira das preocupações e penso que aí houve resposta.

Nas outras dimensões que mencionou, penso que não, claramente. Penso que não, penso que não conseguimos dar resposta, sendo que também tenho de admitir que não é fácil. Estes são processos longos e não podem ser conjunturais, portanto têm de ser processos planeados, preparados, acompanhados, no longo prazo e a esse nível penso que não fomos capazes.

Aliás, penso que o desalento persiste nestes territórios. A perceção de que, de facto, é altamente provável que venhamos a ter no futuro catástrofes da mesma dimensão é uma perceção real e é uma situação que preocupa as pessoas que vivem nestes territórios, que são cada vez menos. A empregabilidade também é residual e se já era má, continua a ser má, não penso que tenhamos conseguido encontrar...

Mas quero dizer que, de facto, também é preciso ajustarmos a previsão e aquilo que podemos esperar àquilo que são as circunstâncias e o potencial instalado.

Estes territórios são de grande complexidade a muitos níveis, portanto as soluções também não são imediatas, e é preciso dizê-lo.

Mas penso que, nas dimensões que mencionou, na atividade económica em particular, não conseguimos fazer um grande caminho, pelo contrário, entendo que está, no essencial, tudo por fazer.

A verdade é que tenderemos a ter uma progressiva migração destes territórios, portanto, tenderemos a perder competências técnicas, recursos humanos, em particular jovens, que, de facto, tenderão a procurar oportunidades noutros territórios. É assim mesmo! É mesmo assim, nem sequer é exclusivo de Portugal, mas diria que estes territórios teriam justificado mais do que apenas a priorização da habitação; acho que teriam justificado, de facto, uma estratégia de desenvolvimento integrado própria.

E não digo, sequer, em jeito de compensação, mais do que isso, até por forma a demonstrar que temos capacidade para agarrar uma situação de tremenda fragilidade e transformar um território que, ainda por cima, nem tem muitas pessoas, aliás, tem muito poucas pessoas, é dos territórios mais despovoados do País. Precisávamos de ter aqui uma estratégia de desenvolvimento integrado, o que nunca fomos capazes de fazer.

Há algumas iniciativas, que tenho acompanhado, designadamente colocando a questão da paisagem como um possível cenário integrador de algumas iniciativas de desenvolvimento. Está em curso, as diretivas serão traçadas por esse plano e vamos ver, pois penso que isso pode ser também uma oportunidade, sobretudo, se for uma oportunidade agarrada, precisamente, aos recursos naturais. Há esse potencial produtivo no território, da floresta em particular, mas não sei se isso vai acontecer ou não. Vamos ver! Mas tenho alguma expectativa de que isso seja possível.

Penso que estes territórios teriam justificado uma estratégia de desenvolvimento integrado, tendo, exatamente, como um dos pilares, as atividades económicas e o emprego.

Não sei se respondi. Desculpe se não respondi...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode continuar.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Respondeu, de uma maneira, penso eu, bastante clara.

Tenho só algumas dificuldades, talvez por alguma falta de conhecimento técnico.

Quando se refere a uma estratégia de desenvolvimento integrado própria, e falando de ferramentas concretas, nomeadamente aquelas que já existem no ordenamento legal e jurídico português, que eventuais medidas concretas, especialmente ao nível da floresta — que, apesar de não ser aqui o nosso ponto central, é, de alguma maneira, a razão por que estamos aqui —, e solicito-lhe dois exemplos, poderiam ou deveriam ter sido, do seu ponto de vista, já implementadas, considerando que passaram todos estes anos desde que isto aconteceu?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Agradeço a sua questão, porque, de facto, falo disto e tenho de ser um pouco mais objetiva.

Quando me refiro a uma estratégia de desenvolvimento integrado, de facto, é pensar, no essencial, em duas coisas: em primeiro lugar, nas pessoas, e colocar as pessoas no centro daquilo que pode ser um plano ou um conjunto de iniciativas de desenvolvimento a longo prazo de um determinado território.

Ora, isso passa por perceber, exatamente, que políticas públicas melhor ajudam a responder, designadamente: se estas comunidades têm serviços de saúde dignos; se estas comunidades têm serviços educativos dignos; se têm condições de segurança.

Portanto, isto são as políticas públicas setoriais, que entendo que devem fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento integrado.

Penso que se estes territórios têm de ser, ou deviam ser, exemplo daquilo que é possível fazer e oferecer. Trata-se, de facto, de olhar para eles de uma forma particular e garantir que este tipo de questões estão resolvidas e que estão resolvidas de forma favorável às pessoas.

Por outro lado, no que diz respeito à floresta, inegavelmente esta tem de ser uma agenda; estes territórios têm de ter uma agenda para uma nova floresta e a nova floresta não pode ter aquilo que está a ter, que é mais do mesmo.

Aquilo que está a acontecer — que é o normal — é termos, hoje, a monocultura instalada em Portugal. Em concreto, algumas espécies de crescimento rápido estão naturalizadas, o que significa que elas vão, rapidamente, ocupar a mancha florestal. São, na sua maioria, espécies exóticas que estão naturalizadas e, portanto, têm um potencial de expansão brutal. Se não houver contraditório e se, pelo contrário, elas forem apoiadas, a tendência natural é para que elas se propaguem.

Por outro lado também, se as populações não têm alternativa, se não têm uma literacia que lhes proporcione, digamos, uma alternativa, é perfeitamente legítimo que façam uma escolha que, no mínimo, se traduz no rendimento que podem auferir.

Portanto, se queremos fazer diferente, temos de ter uma agenda para a floresta que seja diferente e temos de perceber se é possível equacionar soluções de rendimento e de emprego para estes territórios.

Diria que, como disse há pouco, se conseguíssemos uma estratégia de desenvolvimento integrado que tivesse como base estes três eixos, dos tais desafios que temos — o desafio da transição climática, o desafio demográfico e o emprego —, e valorizando, discriminando positivamente, porque acho que é preciso discriminar positivamente estes territórios, e isto

não é um custo, insisto, isto é, de facto, um benefício direto para a coesão do País e coletivamente,... Aliás eu costumava dizer, e continuo a acreditar, que enquanto desperdiçarmos dois terços do território, estamos a desperdiçar o rendimento do País, que, de facto, podia ser outro.

Mas, quando menciono uma estratégia, diria que uma agenda para a floresta significa uma aposta muito clara nas espécies florestais autóctones, na biodiversidade, no envolvimento das comunidades nessas escolhas, na construção, por exemplo, de viveiros que possam garantir um rendimento, com o envolvimento direto das comunidades e até com o apoio do Instituto do Emprego, com a área da formação.

Mas refiro também uma aposta concreta, por exemplo, agora que pensamos na formação, na área digital, na transição digital, uma aposta na valorização destes territórios nesse domínio. Enfim, há inúmeras formas de perspetivar uma estratégia de desenvolvimento de carácter sub-regional, que, aliás, é uma coisa que devia ser feita em todo o território, mas aqui, por maioria de razão, porque devemos a este território um olhar especial, uma vez que foi, realmente, uma tragédia imensa, imensa, e são territórios que têm uma situação demográfica muitíssimo preocupante.

Enfim, estes são alguns exemplos, mas, de uma forma muito breve, foi aquilo que me... Não sei se respondi à sua pergunta, mas, por favor, se não, estou disponível.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Fabiola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Doutora, respondeu sim. Acho que é muito importante, de facto, ouvirmos quem sabe e quem tem uma visão verdadeiramente sistémica das coisas.

Quando falamos em ecossistemas, o conceito de ecossistemas não se aplica só à natureza. Nós, pessoas, quer queiramos, quer não, somos parte

deste sistema e quando não se vê o desenvolvimento de um ponto de vista em que o ambiente e as pessoas, de facto, colaboram e trabalham em conjunto há desequilíbrios. Ver isto só de um lado, inevitavelmente, levará a um desequilíbrio no ecossistema. E a capacidade dos ecossistemas, de resistirem a estes desequilíbrios, aquilo a que chamamos resiliência, também é limitada.

Isto não é uma aula de Biologia, não é uma aula básica, mas tudo faz parte de tudo e, se não tivermos uma perspetiva sistémica do desenvolvimento e do progresso económico, aplicada a todos os campos, inevitavelmente, qualquer boa ideia ficará um bocadinho no ar. Até diria mais, diria que isto nos leva para um segundo nível de ação, falando em termos um bocadinho mais políticos, porque, de facto, temos aqui um problema de modelo económico, em que, se a perspetiva é colocada no lucro a curtíssimo prazo, obviamente, não se cria uma sustentabilidade futura. E, de alguma maneira, as suas respostas, Sr.^a Doutora, vão exatamente neste sentido. Não lhe vou perguntar se concorda ou não com aquilo que eu disse, ...

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Concordo, concordo!

A Sr.^a **Fabiola Cardoso** (BE): — ... porque ultrapassa o âmbito nesta Comissão, mas afirmou já, nesta Comissão, que estava demissionária à data dos grandes incêndios e que, se não estivesse, de qualquer forma, teria pedido a sua demissão.

Gostaria que nos explicasse por que razão é que ter a Unidade de Missão para a Valorização do Interior em Pedrogão seria mau para Pedrogão ou para a Unidade de Missão.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, começo por lhe dizer que estou de acordo com essa visão sistémica. Também acho que é essa a forma de transformarmos o mundo.

Em relação à Unidade de Missão, até admito que a Unidade de Missão pudesse, perfeitamente, ter começado em Pedrógão. Isso podia ter sido um cenário. O que não subscreveria seria, digamos, uma transferência da Unidade de Missão da sua sede para Pedrógão, apenas como resposta a uma circunstância, a uma conjuntura, e apenas por isso. Mas admito que, posteriormente, até possa ter significado um contexto de maior proximidade aos trabalhos que, depois, tiveram de ser feitos. Mas, enfim, como resposta política, ao tempo, não o teria subscrito, porque aquilo que sentia era, de facto, uma grande falta de apoio. Isto não é público, mas... Disse-o então, e volto a dizer: na altura, não sentia apoio político para levar avante aquilo que sentia ser a minha missão, mas, de qualquer maneira, hoje, estou grata ao Governo e ao Primeiro-Ministro António Costa pela oportunidade que me deu de ter conhecido o meu País, de uma forma extraordinária e tão profunda, e de ter tido possibilidade de iniciar um trajeto de valorização do interior que penso estar hoje na agenda política e espero que seja, cada vez mais, uma causa de todos, porque me parece ser absolutamente fundamental.

Portanto, diria que, ao tempo, talvez não estivesse preparada para perceber nesta transição ou nesta transferência apenas uma resposta de política conjuntural, mas isto é apenas porque, se calhar, nunca fui verdadeiramente, digamos assim, uma política. Se calhar, a minha forma de fazer política é outra, é no meu espaço de cidadania e de ciência. Portanto, se calhar, o equívoco era meu.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Fabiola Cardoso** (BE): — A Sr.^a Doutora já referiu também nesta audição o Plano de Recuperação e Resiliência, que será apresentado pelo Governo português à União Europeia. Não sei se, no âmbito da sua atividade profissional, já teve possibilidade de fazer alguma análise das medidas que foram apresentadas, nomeadamente na sequência do esboço que foi apresentado publicamente, mas, quanto ao tema das florestas, as principais medidas que são apresentadas nesse plano dizem respeito ao reforço de meios aéreos, a faixas de gestão do combustível e também ao cadastro.

Do seu ponto de vista, não seria essencial incluir, nomeadamente, medidas de diversificação do mosaico florestal, ou que outras medidas poderia sugerir.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Dr.^a Helena Freitas.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Sr.^a Deputada, de facto, tive oportunidade de ver o plano e, de alguma forma, e como seria de esperar, ele acaba por se enquadrar naquela que é também a própria narrativa europeia, aliás, não podia ser de outro modo.

De uma forma geral, acho que é um caminho positivo e que há, efetivamente, iniciativas e eixos muito positivos e de transformação do País, mas devo dizer, desde logo, que não seria a minha metodologia. Mas isto também é uma opinião.

Relativamente ao assunto em concreto, que é o capítulo relativo às florestas, de facto, estaria à espera de mais iniciativas e não apenas... Evidentemente, é normal que se tenha aproveitado para fazer algum investimento no combate aos incêndios, porque, de todo o modo, isso também será uma coisa europeia. E, de facto, nós temos de nos preparar

também nesse domínio, embora ache que já temos feito muito, mas, enfim, há um reforço dessa intervenção e um reforço na limpeza. Portanto, são investimentos que o Estado tem de fazer e, por isso, percebo que isso venha inscrito no plano.

Por outro lado, como disse também, há a questão do cadastro, que é, efetivamente, muito importante e que temos de valorizar.

Esta ideia de convergir a justiça e o ambiente, e até de ter colocado também as florestas nesta área, acho que é importante e, portanto, penso que esse trabalho também é útil, mas há, evidentemente, muitas questões que ficaram de fora, o que é lamentável.

A floresta é exatamente um dos domínios onde há demasiadas ausências neste plano, o que foi surpreendente, porque, sendo a transição climática o cenário que, de alguma maneira, é orientador do próprio plano, até esperaria ver uma aposta mais consistente na floresta, enquanto sumidouro de carbono, na tal diversidade, na floresta biodiversa, como garante de resiliência, como mencionou, e bem, dos próprios territórios, face quer à questão climática, quer aos próprios incêndios e a outros riscos que, hoje, os territórios têm, e a floresta também tem.

Portanto, nesse sentido, de facto, gostaria de ter visto mais em termos do apoio e do investimento na diversificação da mancha florestal e, concretamente, também nos serviços dos ecossistemas, como parte da estratégia, que é, aliás, a Estratégia para a Biodiversidade 2030 e também o compromisso do Acordo de Paris. Há uma série de acordos internacionais que têm essa orientação técnica específica e o próprio Governo e o Ministério do Ambiente e da Ação Climática têm dado essa ideia, de querer colocar a questão da floresta exatamente no nosso *road map* para a descarbonização da economia.

Portanto, esperava ter visto mais a diversidade da floresta e uma agenda para a maior diversidade como parte dessa narrativa da

descarbonização climática. Mas, enfim, há uma aposta mais consistente na área da energia, a floresta, nesta área, não é tão relevante, e penso que é, de facto, uma das lacunas, como já registou. Gostaria de ter visto mais investimento nessa área, mas pode ser que ainda haja oportunidade, por força também do próprio enquadramento comunitário. Aliás, eu integro hoje, é público, o grupo de missão da Comissão Europeia para o clima e para a transformação societal, da ciência, do Horizonte Europa, o *Mission Board* para adaptação às alterações climáticas e transformação societal — integro esta comissão — e, de facto, um dos eixos da política europeia nesse sentido é o de que a adaptação climática passe pela valorização da diversidade da floresta. Portanto, estou de acordo consigo, este é, talvez, um eixo que podia estar um pouco mais forte no âmbito do plano.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Doutora, para terminar, duas questões mais diretamente relacionadas com o âmbito da nossa Comissão de Inquérito.

Tem conhecimento de irregularidades no domínio da atribuição dos apoios na sequência dos incêndios de 2017?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Dr.^a Helena Freitas.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Sr.^a Deputada, o conhecimento que tenho é dos *media*, através dos jornais, da televisão, portanto, não é um conhecimento que possa subscrever. Não faço a mais pequena... É mesmo só por essa via, não tenho qualquer outro conhecimento. Portanto, não são

factos, é apenas a informação que circula e a apreciação enquanto cidadã. Não tenho mais qualquer outro conhecimento.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr.^a Doutora, para além das questões que já foram aqui colocadas e pedindo, desde já, desculpa, porque vou ter de me ausentar, gostaria de lhe dar oportunidade de falar sobre algum assunto que, até agora, tenha ficado de fora e que considere que seja relevante que nós, enquanto Deputados, dele tenhamos conhecimento, para, assim, podermos, de facto, levar esta Comissão de Inquérito a resultados que contribuam para melhorar o procedimento.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Dr.^a Helena Freitas.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Sr.^a Deputada, agradeço imenso a sua questão que me sensibiliza, porque seria uma excelente oportunidade e fico grata por isso.

A única coisa que posso transmitir... Vivo a 40 km de Pedrógão, vivo na cidade de Coimbra, é um concelho que conheço muito bem, como os concelhos do Pinhal Interior. São, de facto, aldeias incríveis, de uma enorme resiliência, com populações tremendamente envelhecidas que já esperam muito pouco e, portanto, o que espero desta Comissão, com toda a franqueza, é que continuem a ter um olhar clarividente, de proximidade, de rigor e de transparência relativamente a todo este processo e, sobretudo, que consigam que as pessoas, lá, sintam que, de facto, estão a trabalhar para elas, que chegarão lá, e eu também espero que sim, que seja possível que o que quer que saia daqui chegue lá, porque a sensação que eu tenho é que estas

comunidades continuam a sentir-se muito longe do olhar do Estado e da proximidade do Estado. O que eu desejo à Comissão é que consigam realmente garantir que há um caminho a fazer, há oportunidade e que as pessoas podem ter expectativa, porque o Estado não vai esquecê-las.

O Sr. **Presidente**: — Pelo Grupo Parlamentar do PCP, tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começo por endereçar um cumprimento especial à Dr.^a Helena Freitas por nos ter prestado bastantes esclarecimentos, aliás, a nossa audição já vai muito longa e já muito foi esclarecido.

Aproveito, porém, para deixar bem clara a posição do PCP: a presença da Sr.^a Doutora aqui faz-nos sentido se a aproveitemos para o esclarecimento, para encontrar respostas, para adquirir conhecimentos que depois, de certa forma, possam fundamentar as decisões que venhamos a ter no futuro.

Se a perspetiva de criar esta Comissão era no sentido da busca e da procura de identificar fraudulentos, vigaristas, nesse sentido, provavelmente, a Sr.^a Doutora não acrescentaria nada, mas não é essa a perspetiva do PCP numa audição destas, é, sim, a de aproveitar as audições nesta Comissão de Inquérito para identificarmos o que falhou.

A Sr.^a Doutora já evidenciou o abandono, aliás, o PCP, tem-no feito incessantemente, e não estranhámos que o PSD não fale muito desta matéria tendo em consideração as responsabilidades que teve no passado, mas não só o PSD também o PS e o CDS - aliás, o PSD hoje até vem questionar se não foi um erro optar por não apoiar as segundas habitações...

Devo recordar a Sr.^a Doutora que a primeira audição nesta Comissão de Inquérito foi precisamente a do Eng.^o Victor Reis, ex-Presidente do IHRU

(Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), porque se entendia que apoiar as segundas habitações era ilegal, não deveria ter acontecido... Portanto, digamos, muita volta se dá aqui ao prego para tentar fazer desta Comissão aquilo que ela não deveria fazer que é das vítimas culpados.

Voltando ao tema do abandono, que a Sr.^a Doutora já aqui falou, quero dizer o seguinte: para nós, um incêndio e um drama como estes não acontecem por geração espontânea, têm causas, os incêndios são apenas os efeitos e do que a Sr.^a Doutora aqui nos falou foi dos efeitos, não nos falou das causas e eu gostaria que nos falasse das causas.

Tem-nos falado do desemprego, tem-nos falado, essencialmente, do despovoamento, tem-nos falado de muitos efeitos que resultam de políticas de sucessivos Governos que levaram a essas consequências, pelo que gostaria de começar por aí, pelo abandono, pela falta de emprego, pela falta de esperança daquelas gentes, perguntando-lhe: na sua opinião, os incêndios, resultaram de quê?

Sr.^a Doutora, é que para podermos avaliar todo este processo de apoios, para podermos avaliar toda esta situação, importa avaliar o histórico, importa avaliar o antes, importa também avaliar o que foi apoiado e o que temos atualmente.

Ora, tendo em consideração que a Sr.^a Doutora falou aqui que estava até a fazer um estudo e que tinha um plano, então atendendo à função que tinha, ao cargo relevante que tinha, tendo até em consideração que estava a estudar o território nacional, nomeadamente o interior, o mundo rural, e tendo em consideração que até tinha um plano, então fale-nos de quais são as causas que levaram aos incêndios e a todo este despovoamento.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, tem a palavra para responder.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — A sua questão é muito extensa, mas eu vou tentar sintetizar um pouco.

Eu deixei a ideia, e bem, que no caso concreto de Pedrógão e do Pinhal Interior, para mim, uma das questões que resultou muito evidente... Quando tomei posse do meu cargo na Unidade de Missão, nos primeiros seis meses eu tinha de elaborar o Programa Nacional para a Coesão Territorial e, no essencial, não sei se fiz 10 000 km/mês, mas qualquer coisa à volta disso, para conhecer o território nacional, pelo que, acho, pouca coisa ficou por ver e por conversar.

Assim, foi um trabalho muito intenso e de proximidade, que eu quis fazer assim, porque também não sabia fazer de outro modo, e, de facto, foi identificando algumas situações que me pareciam mais gritantes, de alguma emergência até.

Face à situação de despovoamento, como sabem, temos dezenas de concelhos que têm hoje menos de 3000/4000 habitantes, portanto é uma situação de perda ativa de população – aliás, hoje, dos 308 municípios teremos cerca de 50 que estarão nesta ordem de grandeza, enquanto estrutura populacional, pelo que, de facto, estão a perder ativamente população. Nos últimos 20/30 anos perderam 20% dos jovens, com menos de 20 anos, e temos depois situações que, de acordo com os nossos cenários demográficos apontam para...

Em 1960, a população portuguesa andava na casa dos 8,4 milhões de habitantes, 100 anos depois, em 2060, os cenários apontam exatamente para a mesma população, sendo que tivemos o pico, no último Censo de 2011, em que atingimos cerca de 10,4 milhões de habitantes.

Fizemos esse trabalho de avaliação demográfica, exatamente porque esta questão demográfica associa-se, depois, a muitas outras questões que são muito importantes para pensar os territórios e as soluções que podemos equacionar e a primeira questão é, de facto, responder às pessoas. O que é

que acontece? Temos esse quadro demográfico que, depois, traduz uma situação em que temos estes 50 municípios com esta tipologia que eu mencionei, e, até 2040, mais de metade da população terá mais de 65 anos.

Portanto, todas as políticas em que se tiver de pensar têm de ter em conta esta questão essencial que é, de facto, aquela que é hoje a matriz demográfica destes territórios.

Este é um quadro que eu gostava de traçar como base e a minha preocupação seguinte foi, de facto, olhar para as políticas públicas e perceber se era possível identificar, ao nível das políticas setoriais, fórmulas de aproximação ou de territorialização das políticas de educação, da saúde, etc., por forma a irmos ao encontro daquelas que eram essas realidades territoriais e responder às pessoas.

Por exemplo, um dos *dossiers* que é muito caro ao PCP, eu sei, é a questão do número de alunos por turma, que é, de facto, uma questão da maior pertinência em muitos destes territórios; outra questão, tem a ver com as competências na área da cultura, das artes, que podemos levar a um universo escolar que, de facto, está longe das grandes metrópoles e, portanto, da oferta principal, pelo que é um elemento de desigualdade brutal hoje nos territórios. Portanto, esta era uma área em que me propunha intervir, ou seja, na área das políticas públicas.

Outra era, de facto, pensar nas soluções que podíamos ter para o desenvolvimento dos territórios e aquilo que, tipicamente, eu fazia era olhar concelho a concelho para aquela que era a situação demográfica, os recursos disponíveis e a capacitação das instituições, porque não há dúvida alguma que se não tivermos as instituições capacitadas, designadamente na Administração Pública, não conseguimos.

Por outro lado, também, nós só conseguimos ter investimento privado quando o investimento público o suscitar, o fomentar e o orientar, como é evidente, particularmente nestes territórios em que há uma perda muito

acentuada de competências a todos os níveis e, hoje, as soluções requerem um quadro de competências que não são compatíveis com as situações reais.

No caso de Pedrógão, eu estava a analisar com o Instituto Pedro Nunes, da Universidade de Coimbra, é um concelho muito pequenino, não tem praticamente nada... Tinha um pequeno museu, o único museu nacional e até, talvez, internacional, de gaitas e acordeões, não sei se tem ideia... Foi um emigrante que o fez e é um elemento cultural, para além daqueles que são próprios das freguesias, que chamava a atenção e que eu fui inaugurar.

Há uma outra atividade económica que usava o concelho de Pedrógão como estação temporária no período de inverno e que era a seguinte: as nossas festas de verão têm os carrosséis e outro tipo de equipamento semelhante e no inverno esse tipo de equipamento estaciona ali, no período em que não estavam em atividade, e aquilo correspondia a um rendimento na casa dos 8 milhões de euros por ano para aquele concelho.

O que eu estava a tentar desenhar era a possibilidade de trazermos valor acrescentado, que é um dos problemas que nós temos, como sabem, para esta atividade e ela não ser tão secundária e tão pouco assistida do ponto de vista técnico e conseguirmos, no fundo, fazer dali um pequeno entreposto, digamos, para que tivéssemos mais atividade que pudesse gerar emprego e, portanto, valorizar, também, uma atividade que já existia.

Estava em curso este pequeno projetinho, que não era nada de extraordinário, mas isto para lhe explicar que é preciso este olhar sobre os territórios e é preciso olhar para os recursos disponíveis, para a situação atual e para onde é que é possível encontrar valor.

Menciono também a questão dos poderes públicos e da oferta daqueles bens essenciais – a saúde, a educação e a segurança das comunidades – e, depois, tentar identificar algumas soluções de potencial empregabilidade face aos recursos disponíveis.

Portanto, era este tipo de exercício que me propunha fazer, e que estava a fazer, muito consciente de que é um exercício de longo prazo, muito exigente e não podia ser respondido no imediato.

Isto para lhe dizer que, de facto, Portugal tem inúmeros «Pedrogãos» a este nível, em termos de dificuldade em encontrar a convergência entre recursos, capacitação institucional e capacidade dos nossos recursos humanos, pelo que é preciso construir as soluções.

Portanto, acho que o investimento público é essencial, há até uma energia de ativação – este é um discurso mais biológico –, que é preciso garantir, para que possamos, de facto, começar a fazer um caminho. Idealmente, isto deveria ter um planeamento regional, ou, pelo menos, um olhar de proximidade regional, não tem de ser mas é útil sobretudo no quadro português, no desenho que temos e na profunda e absurda centralização que Portugal tem, e esta também é outra questão, e tudo isto foi levando a um abandono dos territórios.

Ora, se, depois, nas pequenas e médias cidades fomos perdendo os elementos de urbanidade, que também são sedutores para as gerações mais novas, e legitimamente, se vamos perdendo capacidade de levar emprego é normal que esse abandono aconteça e é trágico, porque isto depois é uma pescadinha de rabo na boca, peço desculpa pela expressão, mas é verdade, porque, depois, quando queremos encontrar soluções não temos a capacitação necessária, pelo que o esforço é muito maior e, em muitos casos, pode mesmo ser um esforço tremendamente difícil.

Portanto, é preciso encontrar densidade, precisamos de criar densidade, porque muitas opções exigem densidade, massa crítica, densidade crítica, que não temos, pelo que isto, mais uma vez, só com uma estratégia de desenvolvimento integrado no território, mas com peças, com equipas, temos de ter equipas interdisciplinares, que acompanhem os territórios, que

ajudem na construção de soluções e que, de facto, garantam que o Estado dá resposta às preocupações.

Tudo isto é um trabalho longo, de décadas, que eu acho absolutamente fundamental e que o País teria tudo a ganhar se o fizesse, até do ponto de vista do PIB nacional. Nós, hoje, temos situações de desigualdade brutais. Nós temos hoje várias comunidades intermunicipais no País em que as famílias têm metade do rendimento *per capita* da Área Metropolitana de Lisboa. Portanto, nós temos hoje, de facto, uma realidade muitíssimo desigual e a tendência é para que isso piore.

Este não é um facto novo. Aliás, eu menciono muitas vezes uma declaração do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Montalegre que, a certa altura, me dizia com muita graça: «Sr.^a Professora, isto não é novo... ‘Eu não temo de Castela, mas sim de Lisboa que ao cheiro desta canela o Reino se despovoa.’». Isto é uma citação do princípio do século XVI de Sá de Miranda. Vejam bem... Cinco séculos...! «Não temo de Castela, mas sim de Lisboa que ao cheiro desta canela o Reino se despovoa.»

Portanto, de facto, nós temos um percurso historicamente centralizado e temos de contrariar isto, mas não é fácil. Espero, e estou convencida, que o Ministério da Coesão Territorial e a nova ministra terá esse olhar e essa vontade de trabalhar no sentido de uma maior descentralização. Espero que sim, que tenha apoio para isso, porque é muito complexo, é muito difícil, as solicitações são sobretudo de outros poderes, que são mais fortes, como sabe bem, e, portanto, não é fácil.

Para quem tem, como penso que o PCP tem, historicamente, no cerne da sua intervenção o combate à desigualdade, esta questão da desigualdade territorial é completamente central e é um combate que todos temos de fazer.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — É evidente que para o PCP esta é uma área que nos é muita cara, ou seja, é-nos muito cara a questão do combate à desigualdade territorial e às assimetrias que existem.

Quero dizer-lhe que sempre que acontece um incêndio a perspetiva de cada governo, seja qual for o que estiver em funções, é dizer: «agora, é que é!» «agora, é que vamos no caminho certo!» e que de um ano para o outro resolvem os problemas...

Bom, a seguir a junho tivemos outubro, com as consequências que tivemos; a seguir a junho e a outubro de 2017, tivemos, em 2018, Monchique com as enormes consequências que tivemos; neste ano, só num incêndio já vamos com mais 16 000 ha ardidados, ou seja, já temos mais área ardidada neste ano do que no ano passado.

Obviamente que precisamos de tempo para corrigir, mas o problema não é só precisarmos de tempo; o problema é que se tivermos esse tempo e se formos na direção errada. É isto que nos preocupa!

Gostaria de saber se concorda com a perspetiva que temos desta situação e que é a seguinte: sem financiamento público no que tem a ver com infraestruturas, no que tem a ver com serviços públicos, no que tem a ver com a dotação do interior e do mundo rural de serviços públicos e de infraestruturas, de equipamentos, sem que o Estado dê o exemplo, naturalmente, não podemos esperar que o investimento privado apareça e, se não tivermos investimento público nem investimento privado, não temos emprego e se não tivermos emprego temos abandono.

Então, gostaria que me confirmasse se, na sua opinião, muito do que aconteceu, das causas e da dimensão do que aconteceu, tem a ver com a falta de uma política direcionada ao combate a estas variáveis.

O Sr. **Presidente**: — Para responder tem a palavra, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Estou completamente de acordo com o Sr. Deputado. Estou completamente de acordo.

Esse é um dos fatores, pois, enquanto não promovermos o investimento público, aliás, um dos grandes problemas desse chamado setor do interior é o facto de nas últimas décadas não tivemos investimento privado. Não tivemos porquê? Porque não houve investimento público que orientasse e que o incentivasse. Nós temos de ter investimento público devidamente orientado, como disse, e indutor do investimento privado que possa promover a transformação que é longa mas que é absolutamente inexorável.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Nesse sentido, quero questionar a Sr.^a Doutora sobre uma área que é muito importante e que tem a ver com a floresta – aliás, a floresta tem mais dimensão do que, propriamente, a agricultura e a pecuária, tendo em consideração que é uma zona de minifúndio.

Gostaria de lhe perguntar que impacto têm as políticas de encerramento de serviços de extensão rural, nomeadamente o encerramento de zonas agrárias, porque o Ministério da Agricultura foi absolutamente reduzido na sua capacidade para apoiar os pequenos agricultores e para apoiar os produtores florestais. Pergunto: qual é o impacto que todas estas políticas dos sucessivos governos tiveram nesta situação até mesmo no incêndio?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra Sr.^a Doutora.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Estou completamente de acordo consigo. Faltou essa reestruturação, essa simplificação e essa descentralização progressiva de estruturas que eram essenciais para a valorização dos territórios e para garantir as competências para a própria instituição, num setor que é vital. Nós sabemos que metade da nossa agricultura continua a ser uma agricultura familiar, que é importantíssima e absolutamente estruturante e não tem por que não ser tecnicamente robusta e competitiva, não há razão nenhuma para isso – aliás, a agricultura familiar na Alemanha é altamente competitiva e em Portugal também pode ser.

Portanto, não há dúvida nenhuma e espero que esse caminho seja estimulado, até porque, penso, a própria narrativa europeia vai nesse sentido, até na incorporação na diversificação das soluções na própria matriz agrícola nacional, o que é muito bom, aliás, é muito bom que comecem a valorizar a agricultura biológica, a agricultura sustentável, a agricultura que responda de forma convergente com as soluções da economia local, e isto é aquilo que temos de estimular e incentivar e é claro que, paralelamente, com mais tecnologia num esforço grande de aproximação.

Estou de acordo consigo que o facto de termos retirado estas competências aos territórios foi absolutamente dramático e o princípio do caminho de destruição da nossa economia nacional e nos territórios.

Agora, penso que há um plano que a Ministra da Agricultura anunciou e eu tive oportunidade de ver vontade de criar uma rede com alguns centros de competências, julgo que 24 ou 25 centros de competências, que estão a ser disseminados, mas eu ainda não sei concretamente em que é que aquilo traduz, ainda não tive oportunidade de perceber exatamente no que traduz, mas espero que não fiquemos apenas com a ideia de que o que é preciso é uma agricultura *hi-tec*, que esqueça a necessidade de transformar e ajudar a transformar e a levar vitalidade àquela que é uma agricultura, a par da

agricultura familiar, que é absolutamente essencial para mantermos vitalidade nos territórios.

Este é um esforço grande, porque a agricultura é uma área onde tendencialmente os financiamentos têm apoiado uns interesses em detrimentos de outros, e isso também é público, e, portanto, vamos ver se conseguimos que a coisa não seja tanto assim. Não é fácil mesmo para quem governa, porque isto realmente... Mas espero que haja, neste momento, até porque, de facto, a narrativa política também ajuda, o contexto europeu também poderá ajudar, mas há sempre dois caminhos... Vamos ver se conseguimos apoiar fortemente a agricultura familiar e a tal agricultura por rendimento que é fundamental para mantermos vitalidade nos territórios.

Portanto, espero que exista essa leitura e que tenhamos essa capacidade, porque não há dúvida de que a agricultura é um auxiliar precioso para combatermos o abandono destes territórios, não há dúvida, e é uma agricultura que pode facilmente ser compaginada com mais ciência, com mais tecnologia, com mais sabedoria, com conhecimento tradicional, com a natureza, com os valores do código das boas práticas ambiental... Há uma série de fatores. Hoje há uma convergência possível, criativa e tão importante quer para o bem-estar, sobretudo para o bem-estar, das pessoas e espero que isso seja possível.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — A seguir aos incêndios de 2017 imediatamente após, foi produzida imensa legislação no âmbito florestal. Sempre dissemos que até nem tínhamos muita falta de legislação; tínhamos era falta que ela fosse cumprida. Houve, inclusivamente, uma desresponsabilização, assim o entendemos, da administração central para as

autarquias, nomeadamente no que tem a ver com a manutenção e limpeza dos terrenos florestais.

Sabemos que é impossível fazer a manutenção e a gestão florestal sem gente, é impossível fazê-lo sem rendimento, porque sem rendimento não há gente no território e sem gente no território há abandono e tudo o mais. É a tal pescadinha de que estava a falar há pouco.

Quando se responsabiliza e se transferem estes encargos para os municípios, que deixam de poder aproveitar verbas que tinham nesses territórios, que são fundamentais para o desenvolvimento económico e social para outras áreas, porque todos sabemos a importância que a intervenção autárquica tem nestes territórios, quando as autarquias têm de canalizar verbas para as responsabilidades que seriam da administração central, isso é...

Gostaria que nos dissesse aqui que impacto tem o facto de a administração central, mais uma vez, se desresponsabilizar transferindo para os próprios territórios, porque o problema não está nos territórios, não é lá que reside o problema, a causa não está lá... Ou seja, os efeitos refletem-se lá mas os males não são das pessoas que lá estão, os males não são dos territórios que são bastante ricos; os males são das opções políticas e das escolhas que acabam por afetar aqueles territórios.

Ora, transferir para as competências das autarquias esta responsabilidade, para nós, foi mais um cavar das dificuldades e é mais um caminho errado para complicar esta equação.

O Sr. **Presidente**: — Queira responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — A sua questão é muito pertinente, porque o problema existe quando descentalizamos competências, ou seja não é exatamente na descentralização de competências mas, sim, quando

descentralizamos competências e elas não são apoiadas pelo necessário apoio financeiro que é necessário e imprescindível para se exercerem essas competências.

Por outro lado, também é verdade que essa descentralização, por vezes, enferma da dificuldade que, depois, se coloca na autarquia da própria incapacidade de dar resposta por falta de recursos humanos qualificados, por falta de preparação técnica, por falta de gabinetes...

Portanto, penso que era preciso e imperioso, desde logo, salvaguardar a existência desses gabinetes técnicos em todos os municípios para os quais são transferidas as competências nessas áreas, essa é uma das questões essenciais, e, por outro lado, todas as intervenções nos territórios são muito onerosas e têm de ter um pacote financeiro associado e isso não é tanto a questão da descentralização, porque *a priori*, até me parece que esse pode ser um processo inteligente e positivo, mas é mais quando esse processo não é construído de raiz de forma que garanta que a descentralização da competência leva, em si, também, à capacitação das instituições, que eu acho que é um dos grandes problemas que vamos ter mais até do que a capacitação dos recursos humanos, vamos rapidamente ter um problema muito grave de capacitação institucional para responder a muitas coisas e não apenas a este setor, mas este é um setor onde isso é particularmente visível.

Portanto, tem razão, ou seja, é importante que, quando a descentralização é feita, ela tenha de ser acompanhada dessa capacitação institucional e financeira, que permita o cumprimento dessa decisão e nesse aspeto é onde tendemos a falhar e é onde, mais uma vez, a máquina da Administração Pública central é muito complexa e muito difícil de transformar.

O Sr. **Presidente**: — Está terminada a intervenção do PCP.

Passo agora a palavra ao Grupo Parlamentar do PS.

Temos connosco o Sr. Deputado Joaquim Barreto que intervirá via *Skype*.

Pausa.

Sr. Deputado, está a ouvir-nos?

O Sr. **Joaquim Barreto** (PS) — Boa tarde, sim estou a ouvir.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde, Sr. Deputado. Vou passar-lhe a palavra para dar início à intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Joaquim Barreto** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Presidente e a Sr.^a Professora Dr.^a Helena Freitas. É um gosto reencontrá-la e vê-la, mesmo que seja por videoconferência.

Não sei se me estão a ouvir?

O Sr. **Presidente**: — Estamos a ouvir perfeitamente.

O Sr. **Joaquim Barreto** (PS): — Em nome do Partido Socialista, queria dizer que temos bem presente a situação que levou à criação desta Comissão. O PSD entendeu que se devia criar uma comissão obrigatória para apreciar o processo de atribuição de apoios à recuperação de habitações, de empresas, de equipamentos, públicos e privados, e de reposição do potencial produtivo da região. Isto foi a 26 de fevereiro de 2020.

Acontece que o PSD, naturalmente, ao abrigo das disposições regimentais que a legislação lhe confere, requereu a presença de várias entidades e seus representantes nesta Comissão, e hoje temos connosco a Sr.^a Prof.^a Dr.^a Helena Freitas, que coordenou a Unidade de Missão para a

Valorização do Interior e que disse já aos meus Colegas que pediu a demissão em inícios de junho de 2017, e esteve em gestão, antes de os incêndios terem ocorrido.

Também já aqui foi referido pelos Colegas que me antecederam, e pela própria Prof.^a Helena Freitas, que ficou, de alguma forma, surpreendida por ter sido chamada a esta Comissão. Lembro-me que disse que não teve qualquer envolvimento, nem acompanhou este processo, não tendo por isso grande coisa a acrescentar, e estou a citar a Prof.^a Helena Freitas.

No entanto, queria dizer que, por força das perguntas que lhe foram formuladas, e pese embora podermos não estar de acordo com tudo o que a Sr.^a Professora acabou de referir, foi importante a sua presença, porque nos deu algumas orientações sobre a sua perspetiva e a sua visão do desenvolvimento do interior, da estratégia florestal, do estar no território, enfim, do que é o desenvolvimento destes territórios do interior.

Congratulo-me, naturalmente, porque a Sr.^a Professora referiu, e bem, que a Unidade de Missão para a Valorização do Interior, quando criada, teve a particularidade de colocar na agenda política as políticas para o interior e falou, e bem também, no meu entender, de coesão territorial e de coesão social.

Também referiu que se colocam, neste momento, três grandes desafios para o interior: as alterações climáticas, a demografia e o emprego. Estou inteiramente de acordo com isso, para além de outros problemas que vamos tendo no dia a dia e que são obstáculos para que se consiga, em tempo mais acelerado, superar situações.

Gostaria também de referir que os meus colegas fizeram algumas perguntas à Sr.^a Prof.^a Helena Freitas sobre como via o evoluir da situação, e o que pude constatar foi que a Sr.^a Professora, certamente, estaria à espera que a situação pudesse evoluir de uma outra forma mais acelerada.

Por outro lado, a Sr.^a Professora falou de uma estratégia integrada para a floresta e para o desenvolvimento rural, falou do cadastro, que este Governo também já pôs em prática e que já está em curso, o que é muito importante, falou também das espécies autóctones, que este Governo também está a implementar, e falou também da questão da paisagem, o que também poderá ser visto pela atual Secretaria de Estado das Florestas no que tem sido o relacionamento com o Parlamento e que, certamente, já chegou a quem de direito, neste caso, à comunidade científica e às pessoas que estão mais envolvidas nesta área.

A Sr.^a Professora também teve a oportunidade de dizer que, ao nível da habitação, se deram algumas respostas, embora não se tenha alcançado o desejável, ainda. No que concerne aos equipamentos e ao potencial produtivo ainda não está obtido o que, no seu entender, é desejável.

Sobre o potencial produtivo, ao nível da floresta, compreendemos que não é de um dia para o outro que conseguimos ter as espécies e os repovoamentos. Isto passa por políticas orientadoras, por planos de gestão e tudo isso é importante.

De qualquer forma, daquilo que ouvi e do que se pode constatar pela sua intervenção, fruto da decisão do Governo de então, hoje temos já um Ministério para a Coesão Territorial e isso é importante e é sinal de que também a Sr.^a Professora, com a decisão do Governo e com a sua ação, bem como a das pessoas que a precederam... Ao longo de muitos anos, tivemos o abandono do interior, com o despovoamento, a falta de serviços públicos e a Sr.^a Professora falou também, o que acho muito importante, na territorialização do território com serviços públicos.

Mas o que queria dizer é que estamos a ir ao encontro das necessidades. Porventura, no entender de uns ou de outros, isto podia ser mais acelerado, mas, naturalmente, cada um tem a sua maneira de agir e de concretizar as ações no terreno.

Antes de lhe deixar uma pergunta genérica, permita-me que a felicite porque também apreendemos, com a sua intervenção, qual a sua visão do desenvolvimento territorial, da parte florestal e ambiental.

A nossa Comissão tem um objetivo muito específico que é apreciar o processo de atribuição de apoios à recuperação de habitações, de empresas, de equipamentos, públicos e privados, e de reposição do potencial produtivo da região.

Pergunto à Professora Helena Freitas, em concreto, o que é que nos pode dizer que nos permita a nós, enquanto Deputados, avaliar se o Estado cumpriu ou não cumpriu, ou se tem cumprido, a sua missão quando definiu e implementou um conjunto de políticas ao longo destes anos depois dos incêndios ocorridos em 2017.

Era isto que tinha para perguntar. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, chamo só a sua atenção, porque esgotou o tempo de que dispunha, mas se houver alguma questão de esclarecimento final, dar-lhe-ei a palavra certamente.

Passo a palavra, para responder, à Sr.^a Prof.^a Helena Freitas.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Freitas**: — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Deputado Joaquim Barreto que ainda foi meu colega, digamos assim, num tempo aqui na Assembleia da República, sendo também um prazer revê-lo.

Em relação à pergunta que me coloca concretamente, que acabou por ser enquadrada numa análise um pouco mais ampla da minha participação nesta reunião e das questões que me colocaram, penso que, de alguma maneira, já falámos deste assunto.

Parece-me que teria sido, e ainda bem que foi, absolutamente determinante resolver, de facto, a questão da habitação. Acho que essa preocupação foi considerada prioritária, e bem. Nesse sentido, sobre as

questões que permanecem por resolver ou sobre algumas irregularidades, que não sei se existem ou se não existem, não me cabe a mim averiguar, mas a verdade é que esse foi um assunto ao qual se deu prioridade e, nesse sentido, de uma forma geral, isso foi positivo e essa questão foi considerada prioritária.

Mas, de facto, é preciso ver ao nível do tal potencial produtivo de que já falámos o que é preciso restaurar ou, mais do que restaurar, trazer por forma a inovar e a fazer acreditar que há um caminho e que é possível continuar a viver em Pedrógão e a acreditar que em Pedrógão há vida, há expectativa, que é possível ter família e educar os filhos.

Basicamente, acho que essa é a função primordial do Estado e, neste caso, por maioria de razão. De facto, resolvemos uma questão essencial, que é a da habitação, mas, agora, penso que, tendo sido este território particularmente fustigado e sendo normal que permaneça o sentimento de abandono/permanência, agora é preciso conseguir mostrar que a alteração é possível, que é possível trazer atividade económica para a região, que é possível gerar emprego e que é possível ter uma nova floresta.

No domínio da intervenção florestal, penso que estamos a trabalhar muito pouco em todo o pinhal interior. Também sei que é exigente e que é preciso recursos e a tal capacitação institucional que, porventura, não temos também neste contexto do território, mas acho que vale a pena continuar a distinguir este território com políticas discriminatórias positivas no domínio das políticas setoriais da saúde e da educação para conseguirmos levar mais apoios, valorizar mesmo, distinguir mesmo, porque há situações que o justificam, que o merecem.

Esta é, portanto, uma situação de exceção, absolutamente trágica que, espero, não voltemos a encontrar em Portugal.

É claro que no domínio das soluções de empregabilidade não é fácil, é preciso um tempo, o que eu compreendo. Mas tenhamos, então,

exatamente, isso, ou seja, um plano para a promoção do emprego neste território em particular, um plano para a promoção da economia ajustado àquilo que é o potencial deste território onde seja possível incluir, de facto, uma nova floresta que, progressivamente, vai sendo instalada.

Claro que também percebo que se continue a apostar na limpeza da floresta como forma de reduzir a biomassa disponível – é uma forma! – e, nessa perspectiva, admitir que se está a reduzir a suscetibilidade ao fogo. Claro que sim, em parte isso é possível, mas não basta!

Também é verdade que haverá uma estratégia... Como estava a dizer, sei que está em curso um plano integrado para a valorização da paisagem que inscreve, ou inscreverá, o futuro da estratégia florestal e, portanto, é possível que isso venha a acontecer.

Mas, enfim, o que diria é que estes territórios justificam uma abordagem discriminatória robusta que, de facto, leve a que essa perceção de que ainda é possível acreditar no futuro do pinhal interior seja uma realidade não tanto para aqueles que, de alguma maneira, já desistiram, mas para os que ainda não desistiram e que querem, de facto, continuar a viver ali.

Não sei se respondi, mas é o que consigo dizer.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr.^a Helena Freitas. Com esta resposta, terminamos esta ronda de perguntas. Não existem inscrições para a segunda ronda.

Resta-me agradecer a sua presença e os esclarecimentos que nos deu que foram extensos. Mesmo para quem sabia pouco, acho que nos disse muita coisa interessante.

Queria fazer o seguinte esclarecimento aos Srs. Deputados: como sabem, temos um procedimento nesta Comissão em que as audições são feitas na sequência do tamanho dos grupos parlamentares, ou seja, do maior para o mais pequeno, sendo sempre a mesma sequência e no mesmo sentido.

Acontece que vamos começar a ter agora um conjunto de audições de natureza potestativa e isso impõe, por lei, já não por procedimento nosso, que o partido que indica a audição seja o primeiro partido a começar as intervenções.

Parece-me que, pelo facto de ser o PSD o primeiro partido a começar, porque foi quem indicou esses depoentes, não obriga que toda a rotação seja sempre igual, ou seja, que se condene, passo a expressão, o Partido Socialista, a ser sempre o último a intervir.

Assim, por uma questão de equidade, a Mesa, doravante, pretende fazer o seguinte: quando a audição é potestativa, o partido que a indicou terá de iniciar a inquirição, porque é assim que decorre da lei, mas passaremos a fazer a rotação dos demais partidos, sendo que os Serviços, para ajudar os grupos parlamentares, passarão a indicar, na convocatória, um pouco como acontece nas declarações políticas em Plenário, qual é a sequência prevista para essa audição.

Isso permitirá aos Srs. Deputados, primeiro, haver uma rotação equilibrada entre todos, independentemente de ser um agendamento potestativo ou não, e, segundo, saber de antemão qual é a vez em que falará o seu grupo parlamentar.

Assim sendo, Srs. Deputados, agradecendo a vossa compreensão...

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, sobre a referência que fez agora, acho bastante bem, porque, se seguíssemos a mesma lógica o Partido Socialista, a partir de agora, seria sempre o último a fazer a intervenção.

Pedíamos apenas, uma vez que esta semana já começa esta lógica, mas amanhã a audição não é potestativa, que nos dissesse por quem vai começar a audição na quinta-feira, que, para nós, é particularmente importante.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, como é para começar imediatamente, tentaremos informar...

Mas, naturalmente, tendo hoje começado o Bloco de Esquerda, na quinta-feira começará o Partido Comunista, na terça-feira começará, desde que não haja potestativos, o CDS-PP e será esta a sequência. Na quinta-feira, a audição será iniciada pelo Partido Comunista, a seguir ao PSD, porque o PSD fala potestativamente, como decorre da lei.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, permita-me usar da palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (SD): — Sr. Presidente, a minha intervenção nada tem a ver com a nossa depoente, nem com o desenvolvimento da nossa reunião, mas, sim, com a circunstância de na terça-feira, dia 13, haver eleições para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, simultâneas em todo o País, entre as 16 horas e as 20 horas.

Apenas posso transmitir que a 13.^a Comissão, que é a de Poder Local, decidiu não realizar a reunião ordinária nesse dia exatamente para permitir que os seus Deputados, praticamente todos eles, que são autarcas, exerçam, e devem exercer, o seu direito de voto. Não se trata apenas de um direito, mas de um dever.

Por isso, Sr. Presidente, peço desculpa por estar a colocar esta questão, mas ela não se me tinha suscitado até à realização da reunião de hoje da 13.^a Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Existem sempre impedimentos de natureza parlamentar, mas confesso que este me parece especialmente relevante, ainda para mais porque está em causa a audição da Sr.^a Provedora de Justiça que, admito, possa suscitar uma relevância acrescida até pela personalidade que é.

Assim sendo, Srs. Deputados, colocaria à vossa apreciação a possibilidade de se suscitar o adiamento da audição da Sr.^a Provedora, permitindo que, na terça-feira, quem é eleito local possa exercer o seu direito/dever e votar.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Eurídice Pereira.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, ainda bem que se recordou isto. O horário das eleições é das 16 horas às 20 horas, o que torna verdadeiramente impraticável a nossa presença — também sou autarca. Parece-me bem fazer o adiamento para depois do Orçamento, porque antes já está o calendário preenchido.

O Sr. **Presidente**: — Exatamente, será exatamente assim: não haverá, sequer reunião na próxima terça, permitindo-se o exercício pleno dos vossos direitos. Vamos solicitar o adiamento da audição para a melhor oportunidade, mas receio que só possa ser após a discussão do Orçamento do Estado.

Muito obrigado, Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira pela boa lembrança.

Srs. Deputados, nada mais havendo a discutir, desejo a todos uma boa tarde, agradeço a presença da Sr.^a Doutora e dou por terminada a nossa reunião.

Eram 19 horas e 31 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.